

Dívida pública cresceu R\$ 3,09 bi com juro alto

Redução dos juros anunciada ontem não deve alterar muito o gasto previsto para este ano

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA — A redução da Taxa Básica do Banco Central (TBC) para 28% ao ano vai alterar pouco o desembolso previsto com o pagamento dos juros da dívida pública este ano. Com a queda promovida pelo BC na quarta-feira, a taxa de juros média anual ficou apenas um ponto percentual abaixo dos 26% a 27% projetados pelo mercado com base numa trajetória mais conservadora dos juros. Um impacto maior no custo da dívida pública depende do que acontecer com as taxas no período compreendido entre 15 de abril e final de maio, já que é dado como certo o retorno dos juros, a partir de junho, ao nível anterior à crise asiática, de cerca de 21%.

Esta é a avaliação do gerente de Macroeconomia do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Giambiagi. Opinião semelhante tem o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, que estava estimando em R\$ 3,7 bilhões o custo adicional na conta de juros do setor público ao longo deste ano por conta da alta das taxas. Essa hipótese considerou uma taxa média anual de 25,7% para 98. Por enquanto, os dados disponíveis permitiram apurar que o País pagou R\$ 1,628 bilhão a mais de juros em novembro e dezembro.

Cálculos preliminares feitos por Velloso indicam ainda que em janeiro e fevereiro esse custo adicional foi de R\$ 883 milhões e R\$ 580 milhões, respectivamente. De acordo com essas contas, os juros altos já aumentaram o custo da dívida pública (da União, Estados, municí-

pios e estatais) em R\$ 3,091 bilhões nos quatro primeiros meses pós-crise asiática. O modelo aplicado por Velloso comparou as novas taxas com a situação que poderia ter ocorrido se o BC não tivesse elevado os juros no final de outubro.

O tamanho da conta extra que o País pagará por essa decisão só será conhecido em meados deste ano, se ficar confirmada a expectativa de retorno das taxas para cerca de 21%. "A nova trajetória sinalizada anteontem pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC indica que a taxa média neste ano ficará abaixo dos 25,7%. Mas não está totalmente descartada a possibilidade do BC dar uma nova freada nos juros em abril", disse Velloso. Ele lembrou que cada ponto percentual de redução nas taxas representa uma economia de R\$ 1 bilhão nas despesas com juros da dívida de todo o setor público brasileiro.

**SUPERÁVIT
PRIMÁRIO PODE
FICAR EM 0,4%
DO PIB**

Somente de novembro a fevereiro foram renovados R\$ 72 bilhões de títulos do Tesouro Nacional e do BC que integram a dívida mobiliária federal prefixada, cuja rolagem é mais afetada pelas taxas de

juros básicas, de acordo com Raul Velloso. Esses papéis equivalem a cerca de 60% da dívida pública federal em poder do mercado. O restante é composto basicamente de títulos indexados ao câmbio. Com a alta dos juros, o custo de refinanciamento da dívida pública mobiliária subiu de 21,2% ao ano, em outubro, para 29,15% nos leilões de Letras do Tesouro Nacional (LTN) com prazo de resgate de três e seis meses realizado no início da semana.

Velloso continua pessimista sobre as contas públicas, acreditando que apesar do pacote fiscal, no máximo as três esferas de governo conseguirão gerar um superávit primário de 0,4% do PIB este ano, bem abaixo dos 1,5% do PIB esperados anteriormente.